

“DAS OSTRAS QUE DÃO PÉROLAS...”: ECOLOGIA E POLÍTICA EM “NORDESTE” (1937) DE GILBERTO FREYRE.

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos
Universidade Estadual de Campinas
Doutoranda em Sociologia
carol_vrs@yahoo.com.br

Resumo

A questão ambiental, quando surge como tema de preocupação mundial em meados da década de 1970, toma um sentido de urgência no debate sociológico. Neste trabalho, percorro o caminho inverso da urgência ecológica: retorno ao pensamento social brasileiro para recuperar uma pequena parte da história do que se pensou sobre as relações entre natureza e sociedade em nossa história intelectual. A obra da década de 1930 de Freyre apresenta uma “primeira porta” neste caminho- o tema ecologia é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista ao qual Freyre está vinculado. Neste trabalho, recupero o tema ecologia que grande espaço toma em “Nordeste” (1937) para pensar suas imbricações com temas centrais do pensamento freyreano: quando Freyre elabora sua crítica ecológica nessa obra, apresenta-nos uma propositura de “reforma” do tempo presente pelo resgate de valores do passado capazes de renovar o compromisso que unia os extremos de uma sociedade tão desigual quanto a sociedade patriarcal do tempo dos engenhos. O grande objetivo desse trabalho é desnudar o argumento político que subjaz ao elogio do “tempo do engenho” elaborado por Freyre. Defendo que o tema ecologia está ligado ao coração do pensamento freyreano de modo que sua crítica ecológica reafirma a defesa de uma ordem desigual e violenta, o tempo da Casa-Grande.

Palavras-chave: Gilberto Freyre, pensamento social brasileiro, ecologia, política

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere num esforço de produção de um discurso próprio à sociologia acerca dos temas ambientais. Trazer à luz o modo como as relações natureza e sociedade foram tratadas no pensamento social brasileiro é, proponho, um exercício crucial nas tentativas de compreensão dos “dilemas ambientais” que são parte dos

dilemas sociais e históricos que vem sendo tratados por gerações de intelectuais

brasileiros. A obra da década de 1930 de Freyre apresenta uma “primeira porta” neste caminho- o tema ecologia é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista para pensar os “modos de ser” do Nordeste num período de intensa transformação social e econômica. Este esforço de pensar um outro Nordeste coaduna-se com um esforço mais amplo de pensar o país a partir de suas peculiaridades, de sua distância – social, cultural, econômica, ecológica- da Europa, do ocidente.

As primeiras décadas do século XX são tomadas por uma avalanche de transformações econômicas, sociais e culturais (a urbanização e industrialização crescentes, maior interligação entre as regiões do país pelos meios de transporte e de comunicação, a migração massiva de europeus e tantas outras) que sinaliza a entrada do Brasil no mundo moderno e marca, assim, a necessidade imperiosa de uma revisão da tradicional relação do Brasil com os centros metropolitanos de produção cultural. Artistas e pensadores propunham-se a visitar o Brasil com

outros olhos, buscando não apenas aquilo que se considerava a nossa carência, mas apontando a especificidade e riqueza do país.

A região Nordeste, signo do “atraso” do país e de um mundo que estava fadado a desaparecer, é *locus* de um desses movimentos de revivamento cultural, o movimento regionalista tradicionalista. O regionalismo nordestino toma forma por volta de 1926 (ano do primeiro Congresso Regionalista) e incumbe-se da missão de mostrar ao país um Nordeste que o Brasil não conhecia. Não o Nordeste do atraso cultural ou da seca, mas das raízes da brasilidade da fertilidade dos canaviais da Zona da Mata: o Nordeste que teimava na autenticidade a despeito dos esforços de homogeneização da urbanização e da industrialização.

Gilberto Freyre foi o grande artífice desse movimento e suas propostas intelectuais podem ser identificadas em sua obra, em especial naquela produzida na década de 1930. Proponho que a idéia de natureza de Freyre, em especial nas obras da década de 1930 (“Nordeste” [1937]) é o foco do

trabalho), e seu correlato método ecológico de análise sociológica dificilmente podem ser compreendidos apartados da idéia de região que toma fortes contornos políticos no âmbito dos debates em torno do regionalismo tradicionalista nordestino.

No “mundo que o português criou” (ou no mundo que Freyre inventou!), “trópico” assume um caráter totalizante por meio do qual natureza e sociedade são elementos interconectados e coordenados na formatação das raízes da cultura brasileira. Região, tradição e trópico são temas inextricáveis na compreensão da sociedade e da cultura brasileiras elaborada por Freyre.

É essa imbricação de temas tão caros ao pensamento freyreano que a análise de “Nordeste” nos traz de forma reveladora. Nesse trabalho, natureza e ecologia são os pontos de acesso ao pensamento do autor: para além de uma propositura de uma sociologia *sui generis* (da qual não trataremos aqui), a ecologia freyreana revela claramente as intrincadas relações - nem sempre iluminadas pela sociologia contemporânea- entre ecologia e política.

ECOLOGIA E POLÍTICA EM “NORDESTE”

Obra publicada em 1937 na coleção “Documentos Brasileiros” da Editora José Olympio, “Nordeste” encerra a trilogia que compõe a história da formação do patriarcado brasileiro. Nessa curta e bela obra, a monocultura da cana, em sua relação com a natureza e a gente da região, compõe um drama sócio-cultural singular em que o homem e a natureza são os protagonistas. A formação nacional é retratada como um drama composto por cenas episódicas (cada capítulo da obra) livremente ligadas por um narrador que organiza, retraça e reconta os feitos do colonizador na nova terra.

Nessa narrativa, o nordeste da cana torna-se espaço imagético- sua natureza e seus homens compõem a “paisagem” que dá vida ao drama narrado por Freyre. A natureza é paisagem (cultura materializada) na medida em que registro da cultura- o aspecto físico é englobado e constituído pela cultura. A natureza- assim como a casa e a culinária e tantos outros valores culturais- são tomados como imagens que recontam o tempo dos engenhos e o despedaçamento da civilização do açúcar.

Diluída na doce paisagem, a dominação social se manifesta - e se realiza - através de uma sutil teia de relações materiais e simbólicas que equalizam cultura e natureza e assim dividem o mundo; de um lado, a casa salvaguardada da natureza tropical, o senhor sobre seu belo cavalo; do outro lado, os escravos, o boi, a mata. Na narrativa de Freyre, esse mundo de hierarquias parece matizado pelo elogio à harmonia social e ecológica. O mundo de que fala Freyre não é, portanto, o mundo de relações idílicas entre homens e natureza tão pouco da igualdade entre homens, mas um sistema marcadamente desigual cujas hierarquias equalizam dominados (humano e natureza), todos sob o jugo do familismo e do patriarcalismo.

Para melhor compreensão dessa minha leitura, atentemos para o argumento do autor. Ao se referir à harmonia da paisagem pernambucana, Freyre contrapõe dois tempos históricos: o tempo da casa-grande (séculos XVII e XVIII) e o tempo da elaboração da obra, a década de 1930; o tempo do engenho é contraposto ao tempo da usina.

No primeiro momento do argumento do autor, o *elogio à harmonia*, a casa em suas relações com

os demais elementos que compõem a paisagem pernambucana (a gente, a mata, a capela e o engenho) é o tema da obra. Nos primeiros tempos do europeu em terras brasileiras, conta-nos o autor da natureza pouco amistosa que se erigiu como obstáculo à fixação do homem na terra. Na obra “Casa-Grande & Senzala”, trópico não é apenas cenário instigante, mas apresenta um efeito direto no corpo e na alma dos homens. A natureza é apresentada como condicionante de comportamentos, valores e hábitos humanos- a natureza transborda o reino natural e acaba por dar vida e movimento a sociedade.

O trópico assume centralidade na interpretação freyreana da formação nacional. Foi a natureza tropical uma mediadora nas relações entre culturas tão diferentes que, num passado distante, deram forma à nação brasileira. O trópico foi o “óleo lubrifico” que amaciou relações tão desiguais entre escravos e senhores, aproximando extremos tão distantes.

Nesse sentido, a natureza é tomada como molde do humano. Embora os determinismos biológicos sejam amenizados, a idéia de natureza como elemento condicionante do comportamento humano está presente

no pensamento de Freyre. Poderíamos sugerir que Freyre tem uma leitura um pouco mais matizada dos temas “meio” e “raça” possível pela adoção de um conceito neolamarckista de raçaⁱ cuja grande marca distintiva, com relação à concepção linear do evolucionismo, é a proposição de uma ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, aptidão que redundava na conformação de diferentes “soluções culturais” perfeitamente adequadas às condições, naturais e culturais, a partir das quais foram elaboradas.

O homem está ligado à natureza pelo que o autor chama de "soluções culturais" elaboradas a partir de uma dada ecologia, de uma herança cultural construída e fomentada historicamente e de circunstâncias sociais e econômicas. O homem, portanto, se recolhe aos imperativos naturais, mas também é artesão do mundo natural.

Cultura + meio ambiente: esses são os elementos de formação de uma nova raça, de uma nova cultura. Longe de ser a toda-poderosa de outros tempos, não podemos incorrer no erro oposto, argumenta Freyre, e desconsiderar a natureza como uma força transformadora. A natureza é traduzida

em traços culturais; mas não se trata apenas de inspiração criativa, mas de uma ação direta do ambiente sobre cultura e sociedade humana. A *hybris* tropical é traduzida nos vários excessos que caracterizam o sistema casa-grande e senzala: o excesso de natureza sexual, como o principal deles, o maior responsável por aquele clima de confraternização, de proximidade e de intimidade que caracterizava o patriarcalismo da casa-grandeⁱⁱ. A miscigenação encurtou distâncias sociais numa sociedade caracterizada pelos extremos: de um lado a casa, o senhor; do outro a senzala, a mata, o escravo.

Não só ao ambiente lúbrico se refere esse clima de excesso que transborda da natureza: o “trópico” é associado a vermes, doençasⁱⁱⁱ, à morte. A morte do sistema casa-grande e senzala. Gilberto irá concentrar a sua crítica a esse clima de excessos, especialmente em “Nordeste”, na terrível ameaça representada pela absorvente monocultura latifundiária, ameaça à natureza e a cultura. A crítica aos excessos também vem à tona quando da avalanche do processo de decadência do patriarcado descrito em “Sobrados e Mucambos” (1936): a

morte do sistema vem associada à proliferação de vermes, doenças, aos conflitos entre o velho e o moço, entre o bacharel e o senhor de engenho, entre a cidade e o engenho; uma série de desequilíbrios é acionada quando da dissolução das distâncias entre a casa e a rua (mundo privado/mundo público) e do abandono das tradições de um tempo no qual a harmonia (social e ecológica) era reinante.

É precisamente no contexto da discussão dos excessos da monocultura, que precipitam a decadência do sistema casa-grande, que Freyre nos apresenta sua crítica ecológica. É nesse momento que Freyre fala da saudade de um tempo perdido e a idéia de natureza assume sentido renovado- a natureza é testemunha do tempo da usina, a natureza é paisagem.

Em “Nordeste”, a natureza não parece ser, nos primeiros contatos do europeu com o trópico, a *hybris* (Araújo., 1994) descrita em várias passagens de Casa-Grande & Senzala (Freyre, 2006: p. 66-67;110), como aponte há pouco. Pelo contrário. Em várias passagens da obra, é possível notar a identificação do caráter do homem a características da natureza regional: a moleza do massapé que amacia os homens do Nordeste, rios

morosos e perenes tanto quanto a civilização da cana, o boi como parceiro do escravo e o cavalo como insigne de distintividade do senhor. O homem diluiu-se na paisagem de modo que ambos parecem feitos da mesma substância. Freyre trata a natureza como aquilo que envolve, que conforta tal como uma casa que nos conta muito de seus donos num sentido muito diferente da relação rígida entre “meio” e sociedade sobre a qual fiz há pouco uma breve alusão.

Há algumas passagens que esclarecem os dois momentos do argumento do autor, a constatação do excesso e o elogio à harmonia. A primeira é parte do artigo que Freyre publica quando das celebrações da Semana da Árvore promovida em 1924 pelo Centro Regionalista do Nordeste intitulado “O Recife e as árvores”.

Nessa passagem, é interessante notar como o cenário de desequilíbrio, de excesso dos primeiros tempos (“Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências as da nova terra” (Freyre, 2006: p.77)) é invertido: do medo, da distância profilática do europeu com relação a mata, Freyre nos lembra do encanto, do enlevo do europeu pela natureza tropical em sua exuberância.

“Somos os fidalgos arruinados do pau-brasil. Já entre nós, as matas deixaram de ser aquele arvoredo “tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta”- *encanto* dos primeiros cronistas [grifo meu]” (Freyre, 1979: p.380).

Freyre mais uma vez re-edita o “motivo edênico” (Carvalho, 1998) quando se refere, em “Nordeste”, ao “amor a terra” de Duarte Coelho.

“No caso de Duarte e seus colonos, a aliança do homem com a cana foi o que se pode chamar um casamento de amor; e não simplesmente de interesse. Duarte Coelho fez da cana, não um substituto vegetal do ouro ou dos rubis que não se encontraram aqui - para o desapontamento dos colonos mais aventureiros-, mas a base de uma organização agrícola que só o seu amor a terra- amor de velho agricultor- teria conseguido com tanta bravura e com tanta segurança nos trópicos.

(...)

Sua voz já lembramos que foi a primeira grande voz de português que se levantou na América, e talvez nos trópicos, a favor da mata e da árvore. Ele não queria a mata devastada a esmo e brutalmente. Pelo seu gosto o canavial teria avançado com o mínimo de destruição da riqueza nativa” (Freyre, 1989: p.119).

A postura de Duarte Coelho assim como o “encanto dos primeiros cronistas” parece encaminhar uma relação com a natureza tropical bem distinta daquela “militar” dos primeiros tempos: uma relação de proximidade, de fraternidade, íntima por meio da qual o homem se dilui “franciscanamente” na paisagem. Não há, no trecho citado, referência ao clima de “guerra declarada” a *hybris* tropical, mas uma simbiose, um encontro harmonioso entre o homem e a natureza.

A outra passagem que cito retiro do mesmo artigo de 1924.

“Ainda há pouco, tive um contato que me deliciou com o “Brasil de 1500”.

(...)

Foi nuns trechos de matas de Japaranduba do meu amigo Pedro Paranhos. Trecho de matas onde se sente ainda o cheiro forte da mata virgem; e como era em outubro, as sicupiras estavam roxas; as sapucaieras se avermelhavam, e os flagrantos mais vivos de revirginização eram por toda a parte de encantar. Dentre caniços à beira de riachos, jucanas escancaravam leques luzidios de verde frescor; pelos troncos de “corações negros”, das massarandubas, das jaguramas, das marmajudas, dos visgueiros, se entrelaçavam ibés e cipós. E é com uma volúpia selvagem que se entrelaçam os cipós na mata quando é outubro e o verão está em

flor. Com uma volúpia de serpentes com fome ou em cio” (Freyre, 1979: p.387).

A profusão de nomes de plantas nordestinas que o autor liricamente cita contrasta com a ignorância vergonhosa dos “brasileiros da terra de açúcar que quase não sabe os nomes das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em vive” (Freyre, 1989: p.75) que Freyre descreve no capítulo *A cana e a mata* de “Nordeste”. No texto de 1924, o autor mostra-se profundo conhecedor e admirador da natureza regional^{iv}.

As passagens citadas nos deixam entrever uma sensibilidade muito distinta daquela “militar”, de distância, de domínio do homem sobre a natureza. Um modo intimista de apreciar a paisagem natural tal qual aquele do re-encontro do autor com Pernambuco de sua infância; tal qual aquele ponto de vista do qual o autor se serve na confecção de seus guias das cidades de Recife e Olinda (Freyre, 1942,1960)^v, no elogio aos “rios Sancho-panças”, a moleza do massapé, a luz e às cores de seu Pernambuco (Freyre, 1989). Ou ainda, a proximidade com a natureza que caracteriza aquela simbiose do negro com a natureza que se expressa no Quilombo de Palmares e em Catucá. O autor parece diluir-se na paisagem, uma forma de relação antípoda àquela da

distância, do domínio militar da terra e da gente.

Como Freyre, então, concilia o clima de excessos (por vezes, seu elogio) com as loas à harmonia que faz nas reflexões ecológicas presentes em “Nordeste”?

Olhemos para o segundo momento do argumento do autor (o momento de escrita da obra, década de 1930) para tentar esclarecer. Ao contrapor os dois tempos históricos, o da casa e o da usina, Freyre nos fala do que *falta* ao século XX.

“Há nesta nova fase do desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos, uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura - acrescida agora do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da *ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho [grifo meu]*- que não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais de vida.

Já não se trata de uma civilização como foi a patriarcal, neste mesmo Nordeste da cana, com seus sinais de + e -, embora o de - preponderando. O açúcar da usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente de valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de -

em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de críspação, de ressentimento e de revolta” (Freyre, 1989: p.162-163).

E o que falta? Falta a velha tradição, um modo específico de relação entre dominantes e dominados que tornou possível o estabelecimento de uma civilização nos trópicos: o familismo e o privatismo gestados nas primeiras horas do Brasil, rebento que têm na “casa” a síntese dos valores e tradições. São esses valores os elementos de aproximação entre os extremos num quadro marcadamente despótico e violento. Esse é, aliás, o segredo da harmonia: um tenso “equilíbrio entre antagonismos” (Araújo, 1994), concórdia custosa entre o senhor e o escravo, a casa e mata, que nunca chega a se romper sob a telha-vã da casa-grande.

Quando Freyre elabora sua crítica ecológica, apresenta-nos uma propositura de “reforma” do tempo presente pelo resgate de valores capazes de renovar o compromisso que unia os extremos de uma sociedade tão desigual. Nesse

sentido, os mediadores de outrora (as sinhás, as mucamas, os meninos, os mulatos) são re-inventados na medida em que os valores que simbolizam são retomados numa nova chave. O enlevo dos primeiros colonizadores pela mata frondosa, o amor à terra de Duarte Coelho assim como o exemplo de fraternidade e simbiose simbolizada pelo Quilombo de Palmares e Catucá, ainda que efêmeros na história do país (incapazes de se perpetuarem frente ao clima de excessos do sistema monocultor escravagista), remetem o autor aos valores materializados por aqueles elementos mediadores do sistema: a proximidade, a intimidade, a confraternização. São esses os valores materializados nas árvores, rios, bichos e mata que Freyre reencontra quando de seu retorno à sua terra natal. São esses os valores que Freyre intenta recuperar quando elabora sua crítica ecológica.

Nesse sentido, a harmonia entre homem e natureza vale, na argumentação do autor, tanto quanto a ambiência íntima “democrática” entre senhores e escravos, quer dizer, seu manifesto ecológico não tem como objeto *apenas* o futuro da região, ou seja, não tem como tração essencial o diagnóstico de degradação da natureza e da gente, mas intenta resgatar

do passado “soluções culturais” balizadas por valores que persistem como gabarito da brasilidade. Ao tomar a saudade como ponto de vista, nosso autor traz à luz o equilíbrio (mesmo que tenso) entre natureza e sociedade e entre homens, que num passado não tão remoto, deu vida a uma sociedade rica em valores e tradições, mas, também, doente em vários aspectos. “O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas...” (Freyre, 1989: p.176).

Temperando virtude e excesso, a crítica ecológica freyreana toma o passado como fonte criativa na resolução dos dilemas contemporâneos. O que falta ao século da usina é o equilíbrio entre tendências antagônicas (Araújo, 1994), peculiaridade da alma brasileira. Portanto, não há uma contradição entre o elogio à harmonia, à fraternidade, ao “franciscanismo” e o ponto de vista aristocrático do autor: no pensamento de Freyre, ambos estão equilibrados.

A crítica à degradação ambiental testemunhada por Freyre em 1930 é uma face da defesa da tradição da casa-grande, defesa esta que teve seu pontapé inicial na década de 1920 com o Congresso Regionalista. Outra face da defesa dos velhos valores é sua censura à situação degradante do trabalhador da usina.

“A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem.

(...)

A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas delas por Fulano ou Sicrano & Companhia, firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores, muito menos senhoras. Vários aspectos dessa *despersonalização do senhor de açúcar aos olhos dos trabalhadores [grifo meu]*, que na doença ou na dor não têm uma sinhá-dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinário, mas só o barracão, duro e absorvente (...)” (Freyre, 1989: p.162).

Como se pode notar, a percepção da situação degradante e miserável do trabalhador da usina tem como ponto de vista a relação íntima (apesar de desigual) entre senhor e escravo; a grande diferença entre a relação contratual entre patrão e trabalhador e a relação entre senhor e escravo é a despersonalização do proprietário dos meios de produção que

ganha, aos olhos de Freyre, um sentido extremamente negativo. Sem a sombra da casa, parece não haver possibilidade alguma de relação entre dominantes e dominados, este último tomado de completa invisibilidade como *pessoa* frente ao usineiro.

Esse parece ser o ponto central do argumento de Freyre: a casa-grande, que fazia subir da senzala escravos para o cuidado da família, “anulava” a completa animalidade do trabalhador de eito transformando negros e negras em mãe-preta, mucama, menino-leva-pancadas, malungo, *personagens centrais* do drama da formação nacional do Brasil. Foram esses “tipos” os elos de ligação entre a casa e o mundo exterior, a casa e a mata.

Essa proximidade entre o senhor e o escravo tornava-se possível pela ambiência de intimidade reinante na casa fomentada, especialmente, pelo excesso de natureza sexual que tão bem caracteriza o sistema casa-grande. A miscigenação encurtou as distâncias, outrora tão profundas, entre dominantes e dominados e, desse modo, concedeu ao pólo dominado um lugar de destaque na conformação da alma brasileira - o negro, a despeito de estar subjugado ao despotismo e privatismo do sistema casa-grande e senzala, passa a fazer parte da

história do país ao “entrar na casa”.

O que ocorre, então, no tempo da usina aos olhos de Freyre? Não há esse espaço de proximidade entre o trabalhador e o usineiro, que toma a gente e a natureza da região como meros insumos a serem consumidos na moagem da cana e fabrico do açúcar. Não há, portanto, no argumento do autor qualquer referência aos valores de igualdade, justiça e dignidade quando da condenação da usina; os valores que guiam a censura ao usineiro são o privatismo e o personalismo tão caros ao mundo da casa.

Neste sentido, a intensificação dos processos predatórios da natureza é relacionada à decadência de uma ordem social caracterizada pelo equilíbrio (ainda que tenso) entre homens e dos homens com relação à natureza. Recuperemos da obra alguns exemplos dessa crítica ecológica.

O primeiro deles: a crítica ao plantio do eucalipto. A implicância com o eucalipto surge, no argumento do autor, no capítulo III de “Nordeste” no qual as relações entre a mata e a monocultura da cana são analisadas. Esse capítulo, especialmente, brinda o leitor com uma análise que, hoje, identificaríamos com uma crítica ecológica: o tema predominante no texto é o estado de

degradação da natureza regional cuja história remonta aos primeiros séculos da nação. O plantio extensivo, “militar”, de uma planta exótica ao meio brasileiro, se civilizava a paisagem brasileira fincando casas de pedra-e-cal, capelas e engenhos, apresentava também seus efeitos negativos, dentre eles a destruição da mata densa que reinava imperiosa em todo o território quando da chegada dos primeiros colonos.

“A história natural - como a social- do Nordeste da cana nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Sua fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama.

(...)

Desse drama, um dos aspectos mais cruéis foi a destruição da mata, importando na destruição de vida animal e é possível que em alterações de clima, de temperatura e certamente de regime de águas. Alterações desfavoráveis à própria cana e ao próprio senhor de engenho. Desfavoráveis à vida do homem e dos animais da região” (Freyre, 1989: p.74).

O furor devastador da cana tem um efeito nefasto na “economia da natureza”, nos equilíbrios naturais da teia da Vida e na adaptação dos seres

vivos às suas “condições de existência”, eixo teórico da ciência da ecologia. No tempo da usina, assiste-se à intensificação dos processos predatórios da natureza regional que perde ainda mais de sua cor e vivacidade com o plantio de mais uma planta exótica ao meio tropical, o eucalipto. Os reparos quanto ao plantio do eucalipto se aproximam da crítica ao caráter monocultor da cana.

“Os estetas que, em diferentes épocas, nos têm querido impor aos parques ou às ruas, numa generalização contra toda harmonia da natureza regional, plantas de fora – o *fico benjamin*, o *cacto mexicano*, o *eucalipto australiano*, a *acácia de Honolulu [grifo meu]*- devem lembrar-se de uma coisa: que não se brinca em vão, ou sem correr alguma risco sério, com a vida vegetal de uma região; que esta, afetada na interdependência de relações por planta estranha ou por animal intruso, que se torne predominante, pode desequilibrar-se a ponto de perturbar o próprio homem na sua economia e nas suas fontes mais puras de subsistência. É lição dos ecologistas, e não simples grito de alarme dos sociólogos românticos” (Freyre, 1989: p.77).

Freyre, neste trecho, refere-se a um debate muito caro a sociedade científica

de seu tempo. O plantio e uso de eucalipto era preocupação de grandes nomes da ciência brasileira como Alberto Sampaio, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne, bem como de jornalistas, profissionais liberais e tantos outros interessados na conservação da natureza nacional nas primeiras décadas do século XX. Como nos mostra Franco (2002), a realização da “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, em 1934, indica a existência de um grupo relativamente organizado em torno de preocupações com a conservação da natureza. Esse mesmo grupo contribuiu de forma determinante para criação dos primeiros parques nacionais no território brasileiro: entre 1937 e 1939, Getúlio Vargas homologou a criação dos Parques Itatiaia, da Serra dos Órgãos e Itaipu.

O eucalipto já possuía uma história antiga no país, contudo foi nas primeiras décadas do século XX que o cultivo do eucalipto toma dimensões alargadas. Em 1904, a Companhia Ferroviária Paulista deu um passo gigantesco no cultivo da árvore para extração de madeira ao criar uma reserva da espécie só para tal fim. Em 1911, o Serviço Florestal de São Paulo -

“uma sementeira de eucaliptos” (Dean, Warren *apud* Duarte, 2005: p. 141) , produzia, anualmente, uma média de 250 mil mudas. No mesmo ano, o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, publica artigo no qual alerta para a parcimônia necessária no plantio em grandes escalas dessa espécie de árvore: sem desprezar sua utilidade, o cientista recomendava o controle rígido de seu plantio e atentava para a necessidade da conservação do que hoje chamamos de biodiversidade das matas nativas.

Suas palavras não tiveram grande repercussão e, no final da década de 1920, um colega de Ihering do Museu Paulista, Hermann Luederwaldt, constatava consternado “a iminente saarização” de vastas áreas do território brasileiro fruto da devastação indiscriminada (poderia sugerir, atenta ao debate contemporâneo, irracional e insustentável) das florestas nativas e bradava contra a inutilidade das tentativas de substituição da natureza nativa pelo eucalipto, a única árvore que cujo plantio era feito em larga escala (Duarte, 2005: p. 141).

Fica claro o reflexo desse debate no argumento de Freyre, contudo penso que sua crítica ecológica tem uma

motivação muito distinta do conservacionismo desses intelectuais. Voltemos ao trecho citado há pouco no qual Freyre expõe sua indignação frente ao plantio de eucaliptos. Nesse trecho, vemos que a preocupação de Freyre quanto ao plantio em grande escala de plantas exóticas não está restrita ao eucalipto, mas amplia-se ao fico Benjamin, à acácia de Honolulu, ao cacto mexicano. E o que essas plantas têm em comum? São plantas exóticas, importadas. Somadas ao desequilíbrio ecológico que o plantio extensivo dessas plantas acarretam a uma região natural, Freyre atenta para o caráter artificial e deslocado dessas plantas no meio brasileiro. Nesse sentido, na crítica ecológica que Freyre elabora em “Nordeste” a homogeneização dos valores culturais (estes materializados na paisagem natural) tem tanto peso quanto o debate em torno dos desequilíbrios ambientais^{vi}.

Desequilíbrio e/ou desarmonia parecem ser o objeto central da crítica ecológica de Freyre, contudo, ao desequilíbrio ecológico, o autor soma os desequilíbrios sociais, as desarmonias culturais. Assim, quando trata da “saarização” da paisagem nordestina (Freyre, 1989: p. 79) ou quando nos fala

que “o monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório (...) das caldas fedorentas de suas usinas” (Freyre, 1989: p.64) estabelece uma viva relação entre a atividade humana da monocultura da cana e o processo depredatório da natureza: como causa da degradação, o desequilíbrio ecológico e social.

Diante do quadro de dissolução de valores, de degradação da natureza outrora sob controle do homem, ou seja, diante da decadência de um modo de vida materializado no sistema casa-grande & senzala, resta a Freyre o resgate da memória de uma certa tradição como fonte criativa na compreensão dos dilemas de seu tempo. Nesse sentido, Freyre não toma o futuro da ciência e da técnica como panacéia ao que seus contemporâneos chamam de “atraso do país”. Freyre não trata do “atraso” mas da decadência de um modo de vida, proposição que implica a existência - ainda que somente aos olhos do poeta- de um passado de fausto, de harmonia e de prosperidade.

Com essa comparação, não quero sugerir - nem de longe- que os cientistas e intelectuais envolvidos com a causa da conservação da natureza na primeira metade do século XX no Brasil

estivessem tão somente preocupados com o uso racional dos recursos naturais e as decorrências desastrosas da degradação da natureza; como nos mostra Franco (2002), havia uma forte associação, nas propostas desses protetores da natureza, entre identidade nacional e preservação da natureza.

“Foi munido dessa perspectiva [a razão científica, afinada com as atualizações do campo da ecologia, somada a uma sensibilidade estética que se aproximava do romantismo] que o grupo elaborou suas estratégias de defesa do uso racional dos recursos naturais e de preservação da diversidade da vida, inserindo-as no interior de um projeto mais amplo, cujo propósito era o de “organizar a nação” e constituir a sua “identidade”” (Franco, 2002: p.270-71).

Poderíamos pensar que a natureza como “paisagem” também estava acalentada no ímpeto conservacionista desses homens - há, contudo, que se reconhecer que de maneira muito distinta daquela preconizada por Freyre. Se os protetores da natureza tomavam para si o papel de “elite científica esclarecida” na condução da política (Franco, 2002: p.268), Freyre empunha a bandeira de

uma outra aristocracia, a do Nordeste do açúcar que tinha no passado e na tradição, e não no futuro da técnica e da ciência, os encaminhamentos aos dilemas contemporâneos. A tradição deveria ser o gabarito das escolhas técnicas e científicas.

Como argumentei, o ponto de vista da crítica ecológica de Freyre é a saudade; nesse sentido, o resgate de “soluções culturais” do passado glorioso da casa-grande (que ainda pesa sobre ombros dos vivos...) é fator imperioso na condução dos dilemas, no uso da técnica, no emprego da ciência.

Freyre não se preocupa em apontar soluções ao quadro de profunda degradação ambiental - não o faz, na verdade. O objetivo de sua crítica ecológica é apontar a defasagem entre a artificialidade do Progresso (sempre com “p” maiúsculo) diante das variedades regionais de vida, natural e humana. “Ninguém diz que nos devemos fechar às novidades (...)” (Freyre, 1989: p. 76), entretanto há que se pensar como fazê-las.

Sob este ponto de vista, a preservação da natureza é o resgate da tradição, o cuidado na conservação das formas regionais de vida, ou seja, cuidar daquilo que dá vida, cor e “alma” à

região:

problema, condena o
desmatamento do Brasil”
(p.146).

“E quando árvores velhas formam (...) um grupo característico não só da natureza regional como de uma época importante na formação social e paisagística da cidade, o problema de sua conservação nunca deve ser esquecido pelos administradores das coisas urbanas. A eles não está confiado o simples cuidado das casas e do asfalto das ruas, mas também o das árvores, o do mato, o da vegetação, o da água” (Freyre,1941: p.225).

A árvore fora tema importante também para o Centro Regionalista do Nordeste que em novembro de 1924 promove a “Semana da Árvore”. Azevedo (1984) nos dá notícias sobre o evento.

“(...) Preparando-a, promove concursos da mais bela fotografia de árvore do Nordeste, do melhor desenho de propaganda do culto devido à árvore. Vários sócios do Centro realizam conferências: Odilon Nestor (“As árvores na poesia”); Aníbal Fernandes (“As árvores na pintura”); Moraes Coutinho (“Nossas mestras, as árvores”); Amauri Medeiros (“A filosofia das árvores”); Gilberto Freyre, que vinha escrevendo sobre o assunto, faz um verdadeiro panegírico da árvore regional, faz um retrospecto da administração pública do Recife em relação ao

A natureza regional no debate regionalista tem o mesmo peso que a culinária, as modinhas, as casas, as capelas, os antigos sobrados - são testemunhas do “tempo perdido”, materializações de soluções ecológicas e culturais que deram forma à brasilidade. A natureza quando pintada como paisagem, ou seja, quando recortada pelo olhar do poeta, é traduzida em patrimônio. É nesse período também que as discussões em torno da proteção do patrimônio cultural do país tomam força. Rodrigo de Melo e Franco – a quem Freyre agradece carinhosamente o estímulo na elaboração e publicação de “Casa-Grande e Senzala” (Freyre.,2006: p.54)- toma a frente, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido recentemente criado por Getúlio Vargas. Não quero aqui fazer uma digressão sobre a implementação e consolidação da política de patrimônio cultural no país; trago à luz essa informação para apontar que ambas as idéias e políticas, de conservação da natureza (via criação de parques nacionais, por exemplo) e de preservação dos bens culturais, “nascem”

na mesma ambiência política e cultural^{vii}. A natureza tanto quanto a cultura está intimamente relacionada à identidade nacional do país que toma um rumo renovado na década de 1930. Freyre nos apresenta uma versão para essa identidade nacional, versão que assume tamanha importância que se converte em gabarito da nacionalidade nas décadas subsequentes. Suas propostas que começam a ser delineadas nas décadas de 1920 e 1930 assumem sua forma acabada em seu projeto de tropicologia a partir da década de 1950 até quase sua morte em fins de 1980 frente ao Instituto Joaquim Nabuco.

O interessante a notar é o modo como a ecologia de Freyre tem sido lida atualmente; Candeas (2003), por exemplo, relaciona a ecologia freyreana às discussões sobre desenvolvimento sustentável. Como o autor argumenta, a ecologia freyreana, de seus primeiros desenvolvimentos à sua forma acabada, a tropicologia, traz à baila o pluralismo da civilização humana e de sua diversidade cultural e ecológica. Candeas (2003) aponta que a perspectiva de Freyre, nos escritos germinais de 1930 e nos Seminários de Tropicologia das décadas de 1960 a 1980, eleva a natureza à posição de paradigma do processo de

produção e de ocupação do meio, processo regido segundo uma "soma positiva", por meio da qual homens e natureza, todos ganham.

“Ao fazer da natureza o paradigma do processo de produção, o homem adota como culturais as leis naturais, trazendo a lógica do equilíbrio ecológico para a equação do desenvolvimento sustentável” (Candeas, 2003, sem indicação de página).

É certo que a crítica ecológica avançada por Freyre em “Nordeste” encaminha, no debate atual sobre as relações entre ambiente e sociedade, instigantes possibilidades de reflexões. Afinal como, como nos mostra Candeas (2003) e Duarte (2005), o autor tem como pontos básicos de sua interpretação a homogeneização cultural pelo Progresso a partir de um ponto de vista muito peculiar, das relações entre natureza e sociedade. Contudo, há que se atentar de que modo, de qual ponto de vista o autor elabora suas reflexões para tentarmos escapar às armadilhas do anacronismo e da ingenuidade política. Como Duarte (2005) esclarece de forma certa, não se pode ler “Nordeste” como a mera projeção de nossos dilemas e concepções, numa atitude deformadora e injusta com relação ao pensamento do autor. Já em

1937, Sérgio Milliet notava o veio encantador de “Nordeste”:

“Muitas outras reflexões sugere ainda essa obra admirável de expressão, tão colorida e cheia de curiosidades (...). Mesmo porque livros dessa ordem com facilidade se transformam em bíblias para os espíritos menos críticos ou mais entusiastas de ideias geraes acessíveis. Ora em sociologia, mais ainda do que nas sciencias naturaes, onde o curioso enfrenta dados positivos e indiscutíveis, é necessária aquella dose de scepticismo sem a qual não podem existir verdades mesmo relativas” (p.45).

Deixo o ceticismo e o tom um pouco amargo dos reparos de Milliet um pouco de lado; para ler “Nordeste”, já é bastante lembrarmos que um mergulho na história do que se pensou sobre natureza e sociedade pode nos alertar quanto aos “pecados” do anacronismo e da ingenuidade e iluminar renovados caminhos no enfrentamento de nosso dilemas atuais.

Abstract

When it comes to environmental quarrel, the sense of urgency takes the centrality of the debate. At this paper, it is proposed the other way around: looking at the brazilian social thought, it is intended to recover an almost

forgotten part of the history of what has been thought about the relations between society and nature in our intellectual history. The Freyre’s “Nordeste”, produced in the 1930’s, is our first step in this journey: ecology is a crucial part of the intellectual and political debate in the “traditionalist regionalism” to what Freyre seems to be linked. At this paper, the ecology presented in “Nordeste” (1937) is presented as completely linked to central themes of Freyre’s thought: when the author elaborates his ecological critics, it is presented an purpose of reform of the present times by the ransom of ancient times’ values able to renew the commitment that unified the extremes of a society so unequal as the patriarchal society of ancient times in Brazil. The main goal of this paper is to denude the political argument that is implied in the ancient times’ laudation elaborated by the author. It is proposed that the ecology theme is linked to the heart of Freyre’s thought so that his ecological critics leads to the defence of an unequal and violent social order, the Casa Grande times.

Keywords: Gilberto Freyre, brazilian social thought, ecology, politics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R.B. *Guerra e Paz. Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

AZEVEDO, N. P. *Modernismo e Regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura da

Paraíba, 1984.

CANDEAS, A. W. “Trópico, Cultura e Desenvolvimento no Brasil: Evolução e atualidade da tropicologia”. Recife, Anais do Seminário de Tropicologia, 2003. Disponível em www.tropicologia.org.br (data da consulta: 04/07/2006).

CARVALHO, J.M. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, nº 38, out, 1998.

DUARTE, R. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 2005.

FRANCO, J. L.A. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Tese (Doutorado em História Social e das Idéias)- Programa de Pós-Graduação em História, UNB, Brasília, 2002.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 51ª edição. São Paulo, Ed. Global, 2006.

_____. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1942 (1ª edição: 1934).

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1989.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Global, 2004 (1ª Edição: 1936).

_____. *Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926*. São

Paulo: IBRASA; (Brasília): INL, 1979.

MILLIEU, S. “Nordeste”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo*, vol. XXXIII, 1937.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

ⁱ George Stocking em “Lamarckism in American Social Science” (1982) trata do impacto da concepção neolamarckista de raça no debate intelectual dos EUA nos últimos anos do século XIX e nos primeiros vinte do século XX: “A concepção segundo a qual os novos hábitos adquiridos pela adaptação ao ambiente geravam mudanças no organismo dos indivíduos e essas, por sua vez, eram herdadas pelos descendentes permitiu que os cientistas sociais, mesmo sem uma diferenciação clara do biológico e do social, formulassem explicações para as diferenças raciais que se aproximam das que foram elaboradas posteriormente para explicar as sociedades a partir do conceito de cultura” (Stocking, *apud* Wegner, 2000: p. 102). Não quero sugerir uma “influência” deste quadro de idéias na formulação das propostas freyreanas: quero tão somente sublinhar a ambiência de idéias da qual Freyre tomou parte nos anos 20, quando estudante nos EUA, ambiência que, de alguma forma (por meio de outras tantas leituras e diálogos), transparece em suas propostas na década de 1930.

ⁱⁱ Não é o trópico o único agente da lubricidade que caracteriza a casa-grande: a escravidão é outro elemento que adiciona lassidão às relações sociais. “Não há escravidão sem depravação sexual” (Freyre., 2006: p.399). Uma multiplicidade de fatores conflui na formação de uma nação: natureza e cultura dispõem de importâncias semelhantes na interpretação freyreana.

ⁱⁱⁱ A sífilis ocupa bastante a atenção do autor: como um dos efeitos dessa ambiência de torpor sexual, o alastramento da sífilis é marca do desequilíbrio, mas também da civilização. “À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sífilização” (Freyre, 2006: p.110).

^{iv} É interessante contrapor essa citação de 1924 a outra passagem de “Nordeste” (1937): “Nunca nos esqueceremos do dia em que entramos por uns

restos de matas virgens do Sul de Pernambuco com o seu dono, nosso bom amigo Pedro Paranhos, senhor de Japaranduba. Ele sabia quase tão mal quanto nós, menino de cidade, os nomes das árvores da mata grande do seu engenho. Entretanto eram suas conhecidas velhas desde o tempo de menino. Mas simples conhecidas de vista. Foi preciso que o caboclo nos fosse dizendo: isto é um pé disso; isto é um pé daquilo; isto dá um leite que serve para ferida brava; isto dá um chá que serve para as febres” (Freyre, 1989: p.76). A mesma experiência (talvez possamos pensar em dois momentos distintos, mas a paisagem é a mesma pelo que depreendemos das informações sobre o local e o proprietário do sítio) suscita em nosso autor impressões tão distintas.

^v Araújo (1994) desenvolve profundamente o tema da sensibilidade fraterna e íntima presente na confecção dos guias das cidades de Recife e Olinda. Especialmente no capítulo 6, “A Arca de Noé”.

^{vi} Não só em “Nordeste” como também nos artigos publicados na década de 1920 no Diário de Pernambuco, cito alguns: “Acerca de Jardins”, de 1925; “Vende-se Lenha”, de 1925; “Ruas de Doces Sombras”, de 1926. Todos publicados em coletânea de 1979 intitulada “Tempo de Aprendiz”.

^{vii} No artigo “Recife e as árvores” publicado em 1924, Freyre defende a restauração do Horto de Olinda “ já que no Recife parece tão difícil dedicar alguns hectares a um bosque que reunisse valores decorativos da nossa flora e de toda a flora tropical, como essas árvores hindus e africanas parentas das nossas; e servisse de grande pulmão da cidade. Uma cidade tropical sem um grande parque- compreende-se absurdo maior?” (Freyre, 1979: p.388). A sede da Fundação Gilberto Freyre (antiga residência do escritor) conta com um sítio ecológico aberto a visitação pública com mais de 10.000 m² que abriga variadas espécies de plantas e animais - um pequeno bosque na metrópole, reserva da natureza pernambucana.